

Vladimir **Aras**

COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**



# Direito Internacional Público

**2ª EDIÇÃO** REVISTA, ATUALIZADA  
E REFORMULADA



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 02.12.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2023 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A partir da 2ª edição, esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN, sob o título *Direito Internacional Público*.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

A685d  
2. ed.

Aras, Vladimir

Direito internacional público / Vladimir Aras ; coordenação Renee do Ó Souza. - 2. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro : Método, 2023.  
480 p. ; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia

"Material suplementar na plataforma"  
ISBN 978-65-5964-649-4

1. Direito internacional público. 2. Serviço público - Brasil - Concursos.

I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-81500

CDU: 341.1/.8



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

# Sumário

---

## Capítulo 1

---

Introdução ao Direito Internacional Público.....	1
1.1 Desenvolvimento histórico do direito internacional público .....	1
1.1.1 Terminologia .....	9
1.1.2 Conceito de direito internacional público.....	10
1.1.3 Objeto do direito internacional público .....	11
1.1.4 Fundamentos do direito internacional público.....	14
1.1.5 A sociedade internacional e suas características .....	15
1.1.6 A expansão qualitativa e quantitativa do Direito Internacional.....	18
1.1.7 Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.....	19
1.2 Relação do direito internacional com o direito interno .....	24
1.2.1 Correntes doutrinárias .....	24
1.2.2 O acolhimento do Direito Internacional pelo Direito Interno .....	28
1.2.3 O direito interno à luz do direito internacional .....	29
1.2.4 Princípios que regem a relação do direito interno com o direito internacional .....	30
1.2.5 A Constituição brasileira e o Direito Internacional.....	32

---

## Capítulo 2

---

Fontes do Direito Internacional Público.....	35
2.1 O Estatuto da Corte Internacional de Justiça.....	35
2.2 As fontes do direito internacional público .....	37
2.3 O rol do art. 38 do Estatuto da CIJ .....	38
2.4 O costume internacional .....	40

2.4.1	Classificação dos costumes.....	41
2.4.2	O fundamento do costume.....	41
2.4.3	Vigência e valor jurídico do costume.....	43
2.4.4	A prova do costume.....	44
2.5	Os princípios gerais de direito.....	45
2.6	Os atos ou decisões das organizações internacionais .....	46
2.7	A jurisprudência e a doutrina .....	48
2.8	Os atos unilaterais dos Estados .....	49
2.9	Equidade e analogia.....	51
2.10	<i>Jus cogens</i> e obrigações <i>erga omnes</i> .....	52
2.11	<i>Soft law</i> .....	55
2.12	A codificação do direito internacional.....	58

---

### Capítulo 3

---

Os Tratados Internacionais.....	61	
3.1	Conceito de tratados internacionais.....	61
3.1.1	Evolução histórica .....	62
3.1.2	Capacidade de celebrar tratados .....	63
3.2	Distinções e realidades afins .....	63
3.3	Terminologia.....	64
3.4	Classificação dos tratados.....	65
3.5	Limites à liberdade convencional .....	66
3.6	Vinculação internacional do Estado: processo e formas....	67
3.6.1	A negociação e a assinatura.....	68
3.6.2	A aprovação e a ratificação .....	69
3.6.3	Descumprimento de regras constitucionais sobre conclusão de tratados .....	71
3.6.4	Reservas .....	72
3.6.5	Depósito, registro e publicação de tratados .....	74
3.6.6	Efeitos dos tratados perante terceiros .....	76
3.6.7	Entrada em vigor .....	77
3.6.8	Cessação da vigência de tratados.....	79
3.7	Modificações nos tratados.....	81
3.8	Validade e invalidade de tratados.....	82
3.9	O <i>status</i> dos tratados no direito brasileiro .....	85

3.10 A compatibilidade dos tratados com a ordem jurídica interna .....	88
3.10.1 Controle de compatibilidade do direito internacional com o direito constitucional .....	91
3.10.2 O controle de compatibilidade da ordem jurídica interna em face do direito internacional.....	95
3.10.3 O controle de compatibilidade da ordem jurídica interna em face do direito comunitário.....	97
3.10.4 O controle de compatibilidade da ordem jurídica interna em face do direito internacional dos direitos humanos .....	99
3.10.5 Um exemplo de controle de convencionalidade na França.....	102

---

## **Capítulo 4**

---

Interpretação do Direito Internacional.....	105
4.1 A relação entre o direito internacional e o direito interno .....	105
4.1.1 Monismo e dualismo .....	105
4.1.2 A relevância do direito internacional na ordem interna.....	107
4.1.3 A posição recíproca das normas de direito internacional e direito interno .....	108
4.2 Interpretação das normas de DIP.....	109
4.2.1 Interpretação em geral.....	110
4.2.2 Interpretação dos tratados.....	110
4.2.3 Interpretação dos tratados conforme a Constituição ....	112
4.2.4 O STF e os tratados internacionais .....	113
4.3 A interpretação de normas de direitos humanos.....	116
4.3.1 A teoria da margem de apreciação .....	119
4.3.2 O diálogo das Cortes .....	121
4.4 Os controles de convencionalidade e de constitucionalidade na proteção de direitos humanos.....	125
4.4.1 A regra da 4ª instância .....	129
4.4.2 Classificação do controle de convencionalidade.....	131

## **Capítulo 5**

Os Sujeitos do Direito Internacional Público .....	133
5.1 Os sujeitos de direito internacional público .....	133
5.2 A subjetividade internacional .....	135
5.2.1 Personalidade jurídica e capacidade internacional .....	136
5.2.2 Os sujeitos de direito internacional .....	137
5.2.2.1 Os Estados e entidades afins .....	137
5.2.2.2 Organizações internacionais .....	141
5.2.2.3 Instituições não estatais .....	143
5.2.2.4 Os indivíduos .....	149
5.2.2.5 Pessoas jurídicas privadas e estatais internacionais .....	151

## **Capítulo 6**

O Estado no Direito Internacional .....	155
6.1 Os Estados: elementos, direitos e deveres .....	155
6.1.1 O território .....	156
6.1.2 A dimensão pessoal do Estado: povo .....	158
6.1.3 O governo soberano .....	160
6.1.4 Direito à autodeterminação dos povos .....	162
6.1.5 O reconhecimento de Estado .....	163
6.1.6 O reconhecimento de governo .....	165
6.2 Sucessão de Estados .....	167

## **Capítulo 7**

A Dimensão Pessoal do Estado .....	169
7.1 A dimensão pessoal do Estado: povo .....	169
7.2 A nacionalidade .....	170
7.2.1 A nacionalidade como vínculo político-jurídico .....	171
7.2.2 A nacionalidade como direito fundamental .....	173
7.2.3 Critérios de atribuição .....	175
7.2.4 Apatridia .....	176
7.2.5 Efeitos da sucessão de Estados sobre a nacionalidade .....	179

7.3	A nacionalidade brasileira .....	180
7.3.1	Distinções entre brasileiros natos e naturalizados .....	182
7.3.2	Opção pela nacionalidade brasileira .....	182
7.3.3	Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses .....	183
7.3.4	Naturalização.....	185
7.3.5	Nacionalidade no Mercosul .....	186
7.3.6	Perda de nacionalidade brasileira .....	188
7.3.7	Reaquisição da nacionalidade brasileira .....	190

---

## Capítulo 8

---

Organizações Internacionais.....	193	
8.1	Organizações internacionais.....	193
8.2	Evolução.....	194
8.3	Personalidade jurídica.....	195
8.4	Elementos constitutivos .....	198
8.5	Órgãos das organizações internacionais.....	198
8.6	Espécies e finalidades .....	199
8.7	Funcionamento, ingresso, exclusão e retirada.....	202
8.8	Poder normativo das organizações internacionais: alcance e limites.....	204
8.9	Acordo de sede.....	205
8.10	Prerrogativas e imunidades das organizações internacionais.....	205
8.11	Incorporação ao direito brasileiro das deliberações de organizações internacionais .....	208
8.11.1	A força vinculante de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas .....	210
8.11.2	A força vinculante das deliberações de órgãos internacionais de direitos humanos.....	211
8.11.2.1	Recomendações de órgãos de direitos humanos ...	211
8.11.2.2	Decisões quase judiciais.....	213
8.11.2.3	Decisões judiciais e supervisão de cumprimento...	215
8.12	Extinção e sucessão das organizações internacionais .....	217
8.13	Responsabilidade internacional das organizações internacionais e a proteção funcional.....	217
8.14	O papel do indivíduo nas organizações internacionais .....	218

8.15 As Nações Unidas .....	218
8.15.1 Os órgãos da ONU .....	221
8.15.2 Agências especializadas da ONU .....	224
8.15.3 Órgãos convencionais das Nações Unidas ( <i>UN human rights treaty bodies</i> ) .....	225
8.15.4 Fundos, programas e outros organismos do sistema ONU .....	226
8.16 A Organização dos Estados Americanos (OEA) .....	227
8.17 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ..	229
8.18 O Mercosul .....	229

---

## Capítulo 9

---

Imunidades .....	231
9.1 Introdução .....	231
9.2 As antigas capitulações .....	235
9.3 Órgãos de representação dos Estados nas relações internacionais .....	237
9.4 Relações diplomáticas e consulares e seus regimes jurídicos .....	238
9.5 Imunidade dos representantes dos Estados no direito internacional .....	240
9.6 Imunidades diplomáticas e consulares .....	244
9.6.1 O caso da embaixatriz grega .....	249
9.6.2 Outros casos criminais relacionados a agentes diplomáticos .....	252
9.7 Imunidades de jurisdição do Estado .....	254
9.7.1 Conceito .....	255
9.7.2 Imunidades do Estado .....	255
9.7.3 Evolução da imunidade dos Estados .....	258
9.7.4 O caso do navio Changri-lá .....	260
9.8 Regime de tropas estacionadas por força de tratados .....	262

---

## Capítulo 10

---

Responsabilidade Internacional do Estado .....	265
10.1 Responsabilidade internacional do Estado .....	265



10.2 Responsabilidade internacional do Estado por atos lícitos.....	270
10.3 Proteção diplomática e proteção funcional .....	271
10.4 Consequência da responsabilidade internacional.....	273
10.5 A responsabilidade internacional dos indivíduos.....	273
10.6 A solução dos conflitos decorrentes de atos ilícitos dos Estados .....	275

---

## Capítulo 11

---

O Domínio Público Internacional .....	277
11.1 Espaços globais comuns .....	277
11.1.1 Domínio aquático .....	277
11.1.1.1 As águas interiores .....	278
11.1.1.2 O mar territorial .....	278
11.1.1.3 A zona contígua e a zona econômica exclusiva .....	280
11.1.1.4 A plataforma continental .....	282
11.1.1.5 Os fundos marinhos .....	282
11.1.1.6 O alto-mar .....	283
11.1.1.7 Os estreitos e canais.....	283
11.1.1.8 Rios internacionais .....	284
11.1.2 O polo norte .....	285
11.1.3 A Antártica .....	285
11.1.4 O domínio aéreo.....	286
11.1.4.1 O espaço aéreo .....	286
11.1.4.2 O espaço extra-atmosférico.....	289

---

## Capítulo 12

---

Proteção Internacional da Pessoa Humana .....	295
12.1 Proteção internacional da pessoa humana .....	295
12.2 Direito internacional humanitário .....	296
12.2.1 Entes de assistência humanitária.....	300
12.2.2 Princípios do Direito de Genebra .....	301
12.3 Os princípios de Nuremberg de 1950.....	303
12.4 Direito internacional dos refugiados .....	304

12.5 Direito internacional dos direitos humanos .....	309
12.5.1 Os conjuntos convencionais e seus mecanismos de implementação e cumprimento .....	311
12.5.2 O sistema universal de proteção aos direitos humanos.....	312
12.5.3 Direitos humanos: órgãos e agências do sistema ONU .....	318

---

### **Capítulo 13**

Migrantes, Estrangeiros e Apátridas.....	325
13.1 Migrações .....	325
13.1.1 Tratados do regime protetivo aos migrantes.....	327
13.1.2 Casuística sobre migrações.....	331
13.2 Medidas compulsórias e migrações .....	333
13.3 Direito de asilo.....	338
13.4 Situação jurídica dos estrangeiros.....	342
13.5 Apátridia e polipatria.....	345
13.6 Proteção diplomática .....	348
13.7 Direito dos presos estrangeiros à assistência consular .....	349

---

### **Capítulo 14**

Solução de Conflitos Internacionais .....	351
14.1 Conflitos internacionais.....	351
14.1.1 Conceito e espécies.....	352
14.1.2 Meios pacíficos de solução de controvérsias inter- nacionais.....	353
14.1.2.1 Meios diplomáticos .....	355
14.1.2.2 Meios políticos .....	357
14.1.2.3 Meios jurisdicionais.....	359
14.1.2.3.1 A solução por meio de arbitragem .....	359
14.1.2.3.2 Solução judiciária .....	360
14.2 Os conflitos armados .....	366
14.2.1 Intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas .....	369
14.2.2 Operações de paz .....	370

14.2.3 Intervenções humanitárias .....	372
14.3 Sanções unilaterais e outros meios coercitivos.....	373

---

## Capítulo 15

Direito Internacional do Meio Ambiente .....	377
15.1 Direito internacional do meio ambiente .....	377
15.2 Evolução do direito internacional do meio ambiente .....	379
15.3 Evolução legislativa no Brasil .....	382
15.4 Conjunto convencional em matéria ambiental.....	383
15.5 <i>Soft law</i> ambiental.....	384
15.6 Princípios do direito internacional ambiental .....	385
15.7 A proteção internacional dos oceanos .....	390
15.8 A proteção internacional dos recursos hídricos.....	392
15.9 Regulamentação internacional da pesca.....	398
15.10 Responsabilidade por danos ambientais transfronteiriços .....	399
15.10.1 O caso da Fundação de Trail .....	400
15.10.2 O caso do Estreito de Corfu.....	401
15.10.3 O caso das <i>papeleras</i> do Rio Uruguai na Corte Inter- nacional de Justiça.....	405
15.10.4 O caso das <i>papeleras</i> do Rio Uruguai no Tribunal Arbitral do Mercosul .....	408
15.11 O crime de ecocídio .....	411

---

## Capítulo 16

Direito da Integração Regional .....	415
16.1 Introdução ao direito da integração regional.....	415
16.2 A União Europeia .....	416
16.2.1 O direito comunitário da União Europeia .....	419
16.2.2 O princípio da primazia do direito comunitário europeu..	420
16.3 A Comunidade do Caribe .....	424
16.4 O Mercado Comum do Sul .....	427
16.4.1 A estrutura do Mercosul.....	431
16.4.2 As reuniões especializadas do Mercosul.....	436

16.4.3 Os mecanismos de solução de controvérsias do Mercosul .....	438
16.4.3.1 Negociações diretas .....	439
16.4.3.2 Mediação do GMC .....	440
16.4.3.3 A solução arbitral .....	440
16.4.3.4 Reclamações particulares.....	443
Referências .....	445

---

### **MATERIAL SUPLEMENTAR**

---

- 🔗 Direito Internacional Penal
- 🔗 Direito Internacional Tributário
- 🔗 Direito Internacional do Trabalho